

Trabalho, língua e sociedade

Myreli Xavier de Lima¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a relação entre trabalho, língua e sociedade, tendo como foco e ponto de partida questões relativas ao trabalho. Para isso, serão feitas reflexões sobre cada uma dessas três áreas, culminando na combinação destas, para elaboração de um breve quadro teórico e histórico que consiga demonstrar a íntima relação entre esses três elementos, que juntos contam boa parte da história humana. Partindo de uma análise da origem, conceito e sentidos do trabalho, serão lançados os seguintes questionamentos: como se deu a construção da ambiguidade de sentidos do trabalho no mundo ocidental? Como ela está refletida na sociedade e na língua que falamos? É possível apontar uma relação entre trabalho, língua e sociedade? As respostas serão buscadas, principalmente, nos campos da Filosofia, Sociologia e Linguística, a partir de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo.

Palavras-chave: Trabalho. Obra. Língua. Sociedade.

Labor, language and society

ABSTRACT

This article aims to investigate the relationship between labor, language and society, focusing on issues related to labor. Reflections on each of these three areas will be made, culminating in the combination of them for the formulation of a brief theoretical and historical framework that demonstrate the intimate relationship between these three elements, which together account for much of human history. Starting from an analysis of the origin, concept and meanings of labor, the following questions will be raised: How did the construction of the ambiguity of the meanings of work in the Western world took place? How is it reflected in the society and language we speak? Is it possible to point out a relation between labor, language and society? The answers will be sought, mainly, in the fields of philosophy, sociology and linguistics, using a bibliographical research of qualitative approach and descriptive nature.

Keywords: Labor. Work. Language. Society.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho perpassa toda a existência humana na Terra; entretanto, mesmo sendo extremamente familiar ao homem, defini-lo não é uma tarefa fácil, pois encerra em si inúmeras ambiguidades e contradições.

O dramaturgo Roberto Gómez Bolaños, que criou personagens famosos em diversos países por meio do seriado “Chaves”, coloca de forma simples e divertida o caráter imperativo do trabalho

¹ Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Pós-graduada em Negócios Interacionais e em Logística e *Supply Chain* pelo Centro Universitário UNA. E-mail: xavier.myreli@gmail.com.

na fala do personagem Seu Madruga: “Não há nada mais trabalhoso do que viver sem trabalhar” (CHAVES, 2015, programa de TV). Ora, um mendigo certamente sabe bem disso, já que não trabalha e vive a pedir esmolas; mas, se pede esmolas para sobreviver, não estaria ele trabalhando? O escritor George Orwell defende que sim. Para ele “é um ofício como outro qualquer, bastante inútil, é verdade – mas muitos ofícios respeitáveis também são inúteis” (ORWELL, 1933, p. 206, tradução nossa).

Esses exemplos, retirados do mundo das artes, não têm a pretensão de se colocarem como embasamento teórico, tampouco de servirem como argumentos para defender ou criticar os pontos de vista que expressam. Eles servem apenas para exemplificar como certas noções sobre o trabalho estão enraizadas em nosso pensamento e mostrar que, para se fazer uma reflexão suficientemente abrangente sobre este tema, tais conceitos (e pré-conceitos) precisam ser reavaliados.

Mendicância e trabalho são duas ideias opostas mesmo que, em última instância, ambas estejam ligadas à luta pela sobrevivência. Por que, então, uma é considerada trabalho e a outra não? O que é trabalho afinal? Traçar uma definição de trabalho é o objetivo da primeira parte deste artigo que, na sequência, tratará tanto do seu lado positivo quanto do negativo.

Na segunda parte, intitulada “Trabalho e língua”, o objetivo será responder os seguintes questionamentos: Como se deu a formação desta visão ambígua sobre o trabalho nas sociedades ocidentais? Como ela se reflete na língua?

Por fim, a terceira e última parte será dedicada a investigar o principal questionamento deste artigo, que é a relação entre trabalho, língua e sociedade. Existe, de fato, uma correlação entre estes três fenômenos? Caso haja, como eles se relacionam no plano teórico e histórico?

Para responder a tais questionamentos, será feita uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, na medida em que busca se aprofundar em dados não quantificáveis, ideias e conceitos de diversas áreas das ciências humanas e sociais para estabelecer um novo enfoque sobre o universo do trabalho.

2 TRABALHO: ORIGEM, CONCEITO E SENTIDOS

Ao pensar a origem do trabalho, é comum que a discussão adentre investigações sobre a origem da palavra trabalho, que vem do latim *tripalium* e remete à tortura; no entanto, a humanidade conhece a língua escrita apenas no início da Antiguidade, sendo que o trabalho já existia antes deste período. Portanto, é possível afirmar que o trabalho é mais antigo que os próprios termos atualmente empregados para se referir a ele.

Na pré-história, já existia trabalho como algo necessário à sobrevivência. E é justamente a evolução na fabricação de ferramentas e na forma de transformar a natureza, ou seja, o trabalho, que marca a divisão entre os períodos desta época, que levam o nome do material que o homem aprende a dominar naquele momento. Assim, tem-se a idade da pedra lascada, da pedra polida, do cobre, bronze, dentre outros (NAVARRO, 2006).

O trabalho é uma atividade tão antiga e tão natural, que o compreendemos de forma intuitiva. Entretanto, ao tentar formular um conceito, surgem várias dificuldades para estabelecer uma definição que consiga englobar as várias facetas deste fenômeno:

Tanto um professor de filosofia norueguês, um administrador de fundos americano e um produtor de café colombiano trabalham, mas existem provavelmente tanto diferenças quanto semelhanças entre as diversas experiências que eles têm de trabalhar. (SEVENDSEN, 2011, s/p. Tradução nossa).

Para Svendensen (2011), incluir elementos como a fadiga não é suficiente já que muitos esportes ou atividades nas quais nos engajamos por prazer também nos deixam cansados, sem que possam ser consideradas trabalho. Tampouco é suficiente incluir o elemento remuneração financeira já que, se este fosse o caso, todo o trabalho escravo ao longo da história precisaria ser renomeado. Sem contar no problema que esta definição geraria ao tratar de categorias como donas de casa, militantes, voluntários, dentre outros trabalhadores não remunerados.

Segundo Codo (1997), o trabalho é onipresente e, portanto, sempre esteve onde qualquer sociedade humana está. Por isso, defini-lo em sua totalidade é uma tarefa árdua. Para isso, seria necessário percorrer toda a existência humana, em todas as épocas, nações, sistemas sociais e culturais, de modo a conceituá-lo em cada um destes contextos.

De qualquer forma, uma definição se faz necessária. Para isso, o mesmo autor considera que o trabalho é uma relação de dupla transformação entre homem e natureza. Entretanto, essa relação não diz respeito a qualquer tipo de transformação: o que a diferencia é a geração e/ou transmissão de significado. Para ser considerado um trabalho, o ato de transformação do homem sobre a natureza gera um significado que transcende o próprio homem que o executou e permanece mesmo que ele se vá. Codo (1997) ilustra esta condição da seguinte forma:

Que seja a ação de tomar um copo d'água. A mão segura e movimenta o copo, a água entra na boca, é empurrada garganta adentro, frequenta as células do corpo, cumpre suas funções fisiológicas. O circuito se multiplica em incontáveis e infinitas transformações entre o sujeito (você) e o objeto (a água), mas a ação não é transcendente, nenhum destes processos escapa da dinâmica estabelecida entre S [sujeito] – O [objeto].

Agora, que se imagine o mesmo gesto sendo realizado por um/a garota propaganda em um comercial na televisão, a nos convencer que aquela água é melhor do que as outras disponíveis no mercado. O porte atlético/sedutor do/a modelo espera criar uma

identificação com outras façanhas, associações com saúde, bem-estar, prazer, o mercado se movimentando, os operários trabalhando, enfim, outra vez incontáveis significados são produzidos e transformados por aquele gesto. Agora, o gesto transcendeu a ele mesmo, permanece além e apesar dos seus atores, envolve salário, técnica, mercado. É trabalho. (CODO, 1997, p.41).

Essa definição se faz interessante porque consegue incluir atividades que, apesar de frequentemente não serem consideradas como um trabalho por não serem remuneradas, certamente o são.

Friedman e Naville (1962 *apud* Codo, 1997 p.37), afirmam que trabalho “é traço específico da espécie humana, um denominador comum e uma condição de toda a vida em sociedade”; porém, ao tentarem realizar uma análise histórica e social mais aprofundada sobre o trabalho, estes autores se veem obrigados a incluir também elementos como fadiga, opressão, distúrbios de personalidade, dentre outros.

De fato, o trabalho adoece, acidenta e mata; escraviza, aliena e explora. Mas também enaltece, faz crescer e prosperar; confere *status*, identidade e em alguns casos até mesmo fama, dinheiro e poder de modo que, pela experiência do trabalho, é possível se sentir o mais afortunado ou o mais infeliz dos homens. Dessa forma, podemos inferir que, sendo o trabalho “uma condição de toda a vida em sociedade” (*ibidem*), essa mesma sociedade irá percebê-lo tanto de uma forma positiva quanto negativa, sendo que essas duas dimensões se alternam e/ou se sobrepõem.

1.1. A dimensão negativa: trabalho enquanto sofrimento

A dimensão negativa do trabalho está presente desde o início da história da humanidade. Seja através da perspectiva religiosa, em que Deus expulsa o homem do paraíso e o condena a ganhar seu sustento com o suor de seu rosto; seja através da perspectiva histórica, para a qual, desde as primeiras civilizações, o trabalho enquanto esforço físico é fortemente associado à figura do escravo.

Na mitologia grega, também existem vários exemplos desse sentido negativo. Como punição por ter matado sua esposa e filhos, Hércules foi condenado à realização de doze trabalhos. Sísifo também recebeu um trabalho pesado e infundável como castigo por ter enganado Zeus e outros deuses. Nas poesias de Hesíodo, o trabalho aparece como um dos males da Caixa de Pandora, sendo também retratado como uma punição de Zeus contra a humanidade (ARENDT, 2005). Apesar de serem mitos, eles refletem a forma de pensar das primeiras civilizações ocidentais e mostram as raízes dessa associação negativa.

Na idade média, a palavra trabalho começou a ser associada ao ato de dar à luz, dando origem à expressão “trabalho de parto” (RODRIGUES, 2016), que também contribui para a associação do trabalho a algo extremamente doloroso.

Foucault (1975), em sua obra **Vigiar e Punir**, aponta o trabalho obrigatório como forma de castigo usada para punição dos criminosos no período de desenvolvimento da economia de comércio, criando o que ele chamou de manufatura penal.

Passando à contemporaneidade, surge uma das principais críticas ao capitalismo, que introduz o elemento da alienação ao trabalho. Segundo a corrente marxista, o trabalho dentro do universo capitalista leva à alienação do sujeito, tanto pelo ter, quanto pelo não poder ter (VIEGAS, 1989). No primeiro caso, o trabalhador se aliena pela posse compulsiva, na busca por encontrarem objetos a satisfação de suas necessidades não só vitais, mas principalmente das falsas necessidades. Já no segundo caso, o trabalhador se aliena na impossibilidade de se apropriar, no sofrimento de não poder ter o essencial, e muito menos o supérfluo. Muitos não conseguem, sequer, se apropriar dos produtos que eles próprios produzem ou que, de alguma forma, auxiliam na fabricação. Ambos os casos causam sofrimento e aprisionam o sujeito a um trabalho totalmente alheio a ele, do qual se torna refém porque precisa sanar suas necessidades mais básicas e/ou porque acredita que precisa “ter para ser”. Qualquer que seja o caso, ambos contribuem para a perpetuação de um sistema que transforma o trabalho em algo alheio ao trabalhador, empobrecendo-o.

Por fim, o mundo passa hoje pelo que se tem chamado de “quarta revolução industrial” (LIAO *et al.*, 2018) e muitos postos de trabalho devem se tornar redundantes. Entretanto, a questão será tomada aqui sob outro ângulo: sempre que possível, o homem cria ferramentas e máquinas para trabalhar por ele e/ou para ele. Como se o trabalho fosse algo tão ruim que estamos constantemente tentando nos livrar dele, para que possamos ter ócio, tempo livre ou lazer².

Não se constroem máquinas e robôs para desfrutarem dos prazeres da vida. Eles são construídos para trabalharem por nós e para nós, para aumentarem a produção. Esse sentido se faz

² Apesar de parecerem sinônimos, são conceitos bastante diferentes. Tempo livre é uma conquista da classe operária e está ligado ao trabalho, pois pressupõe a ausência deste, podendo ser definido como o tempo em que não se está trabalhando. Assim, um desempregado não dispõe de tempo livre e sim de tempo inocupado. Já o lazer, se refere às atividades desempenhadas no tempo livre com objetivo de descanso ou diversão (DUMAZEDIER *apud* ABREU; ALMEIDA, 2006). Por fim, o ócio possui conotações que se alteram ao longo da história. Para Aristóteles se trata de uma atividade nobre, com fim em si mesma, ligada à contemplação e ao aprendizado. Ao contrário do lazer, que ocorre durante o tempo livre, o ócio aristotélico era um modo de vida que ocupava a totalidade do tempo. Por isso era exclusivo daqueles que não estivessem submetidos às necessidades do trabalho, visto este com menosprezo pelos gregos. No século XIX, o ócio ganha uma conotação negativa, associada à tempo desperdiçado e vadiagem. É provável que isso esteja ligado ao fenômeno da Reforma Protestante, a partir do qual o trabalho(menosprezado na Antiguidade) passa a ser exaltado e pregado como algo positivo, que dignifica o homem. Logo, o ócio, enquanto atividade oposta ao trabalho, começa a ser visto de modo negativo, fonte de diversos males e doenças. (ABREU; ALMEIDA, 2006).

presente na origem da própria palavra robô, que foi cunhada pelo escritor tcheco Karel Tchépek a partir da palavra tcheca *robota*, que significa trabalho forçado, servidão.

1.2. A dimensão positiva: o trabalho que dignifica e confere identidade

Apesar de ser frequentemente lembrado pelo seu sentido negativo, o trabalho também possui um lado positivo, que dignifica e confere identidade.

A resposta mais frequente para a pergunta “o que você quer ser quando você crescer”, costuma ser o nome de uma profissão. É como se o “ser bombeiro”, por exemplo, definissem o indivíduo por completo, mesmo fora de seu exercício profissional.

Talvez, uma das expressões mais fortes desta identidade associada ao trabalho, esteja presente no surgimento dos sobrenomes ligados às profissões. Os sobrenomes surgiram da necessidade de se distinguir entre duas pessoas que apresentassem o mesmo nome. Segundo Rončević (2004), no final da idade média, após o Concílio de Trento (1545-1563), eles começaram a se tornar obrigatórios. Inicialmente, eram uma espécie de apelido ligado a uma característica pessoal ou local de nascimento. Um dos atributos mais escolhidos para compor os sobrenomes eram as profissões. Surgiram então, sobrenomes como Weber (que vem de “weaver”, e significa tecelão), Blacksmith (ferreiro), Goldsmith (ourives) e Backer (de “baker”, padeiro). Percebe-se aí, como é forte o vínculo entre trabalho e identidade do indivíduo. Esse vínculo também é apontado por Morin, Toneli e Pliopas (2002), ao afirmarem que o próprio processo de trabalho, assim como seus frutos, ajuda o indivíduo a formar sua identidade.

Ainda de acordo com Rončević (2004), os sobrenomes ligados a profissões artesanais eram usados como um apelido de conotação negativa nas comunidades rurais da idade média. Nessa época, quem desempenhava essas atividades eram pessoas que haviam perdido suas terras, e esta era uma forma pejorativa de se referir a elas. Assim, é possível perceber também que o trabalho está fortemente vinculado ao *status* social.

É importante notar que esse caráter positivo é bastante recente na história. Ele começou a se delinear na idade moderna, por meio de movimentos como a Reforma Protestante e o Iluminismo. Surge aí a glorificação do trabalho; a ideia de que o trabalho dignifica o homem e de que é através dele que o indivíduo prospera – e se ele prospera é porque está agradando a Deus e, portanto, será salvo. De acordo com esse novo paradigma, o homem não depende mais do divino para salvar sua alma. A salvação está agora nas suas próprias mãos, na forma de trabalho. É o desencantamento do mundo que inaugura o capitalismo e com ele uma nova moral baseada na exaltação do trabalho (WEBER, 2004).

2 TRABALHO E LÍNGUA

Assim como o trabalho, menções sobre a língua também podem ser encontradas na Bíblia, tanto na forma de punição, como no episódio da Torre de Babel, em que Deus multiplica as línguas para castigar a soberba humana, quanto na forma de bênção, quando os apóstolos falam em línguas no dia de Pentecostes (A BIBLIA SAGRADA, 1969). Essa menção bíblica serve para demonstrar quão antiga é a língua. Entretanto, do ponto de vista científico, conhecer sua origem ainda é um grande desafio. O que se sabe é que a língua escrita surgiu por volta de 3000 a.C., marcando o fim da pré-história e inaugurando a história, com a chamada idade antiga (BURNS, 1966).

Com relação ao conceito de língua, mesmo recorrendo à Linguística, não existe consenso. Cada um a toma sob determinado enfoque, conforme já apontado pelo próprio pai da linguística moderna, Ferdinand Saussure (MARQUES, 2011). Embora admita que a língua seja um fenômeno social, Saussure usa o termo social no sentido de algo que seja de domínio público, tomando a língua como um acordo firmado entre os membros de um grupo, que aceitam o uso de certo sistema para se comunicar. Ele não considera a vida social, as mudanças na sociedade, as interações entre os indivíduos e como tudo isso se reflete na língua (MARQUES, 2011).

Foi o linguista francês Antoine Meillet, aluno de Saussure, que começou a dar ênfase às relações sociais que perpassam a evolução da língua, demonstrando que língua e sociedade caminham lado a lado, se influenciando mutuamente. Para Meillet (1936, p. 168, tradução nossa), “todo fato de língua manifesta um fato de civilização”.

Entretanto, foi somente com William Labov que essa abordagem ganhou força, sendo ele um dos principais expoentes da corrente denominada Sociolinguística. Labov foca seus estudos na questão da variação linguística, demonstrando que as mudanças na língua estão atreladas a mudanças na sociedade. Ao fazê-lo, ele nega a ideia de que a língua seja homogênea e estática e reconhece que existe um forte vínculo entre língua e sociedade, retomando o pensamento de Meillet:

A função da língua de estabelecer contatos sociais e o papel social por ela desempenhado de transmitir informações sobre o falante constitui uma **prova cabal de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade (...). A própria língua como sistema acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete de certo modo os padrões de comportamento, que variam em função do tempo e do espaço.** (LABOV *apud* ARAÚJO; QUEIRÓZ; BUENO, 2012, p. 4. Grifo nosso).

De acordo com essa abordagem, é possível afirmar que a língua não se reduz a um conjunto de signos e regras gramaticais. A língua é um fenômeno social, é viva e está em constante evolução; é cultura, movimento e identidade. A maneira de pensar de um povo expressa-se em sua língua que,

por sua vez, configura como um dos principais elementos da cultura e da sociedade deste povo, em um ciclo infinito que se retroalimenta e permanece em constante construção.

Pode-se afirmar ainda que as manifestações de uma língua, sejam elas na forma de palavras, gírias, etimologias, sejam outras, refletem características, sentimentos e pensamentos da sociedade, de modo que “a maneira de se falar manifesta a maneira de pensar, e que toda modificação da língua implica modificação do pensamento” (FLUSSER, 1998, p. 75). Portanto, sendo o trabalho percebido pela sociedade de forma tão ambígua, conforme retratado anteriormente, é natural que essa ambiguidade se reflita também na língua falada pelo grupo. Sendo assim, a próxima seção servirá para investigar os seguintes temas: Como se deu a formação desta visão ambígua sobre o trabalho nas sociedades ocidentais? Como ela se reflete na língua?

2.1 Construção da ideia de trabalho no ocidente

Partindo do pressuposto de que a Grécia é a civilização mais antiga do ocidente (BURNS, 1966), a forma de enxergar o trabalho dentro desta sociedade, bem como os termos usados para se referir a ele, explicam as origens deste vocábulo no mundo ocidental, bem como os sentidos atribuídos a esta atividade. Existia, de fato, uma multiplicidade de sentidos relacionados ao trabalho na sociedade grega. Tanto que não havia uma única palavra para designar o ato de trabalhar entre os gregos. Como o trabalho é uma atividade extremamente ampla, atribuíram diferentes nomes para suas várias facetas.

Nas obras de Aristóteles, é clara a distinção entre *praxis* e *poiesis* enquanto atividades relacionadas ao trabalho. A *poiesis*, que se refere à fabricação, dizia respeito a todas as atividades que resultassem em um produto tangível, que gerassem um valor ou objeto utilizável pelo outro. Já a *práxis*, traduzida como ação, dizia respeito à atuação livre do sujeito político, e designava uma ação com fim em si mesma, que não gera um objeto exterior ao indivíduo que realizou a ação (BATISTA, 2007).

Nas palavras de Araújo (2011, p. 37), a “*práxis* busca a perfeição do agente enquanto a *poiesis*, a perfeição da obra”. Essa distinção fica clara no exemplo de Batista (2007):

Ao discorrer sobre a origem do termo, Vázquez (1977) vai buscar na Grécia Antiga o significado semântico da palavra *práxis*, a qual transcreve em grego, *πράξις*, utilizado na antiguidade para designar a ação propriamente dita. Uma ação que tem seu fim em si mesma, que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade. Um exemplo dado é a ação moral, intersubjetiva, bem como a atividade política do cidadão tanto nos debates como nas deliberações da comunidade.

Por outro lado, a ação que cria um objeto exterior ao sujeito e a seus atos em grego *ποίησις*,

poiésis, que embora no idioma português expresse poesia, significa produção ou fabricação, atividade do artesão, vista como poética, em outros termos, trata-se da atividade prática que produz. (BATISTA, 2007, p. 173).

Em grego, não havia uma única palavra para designar as atividades ligadas à *poiesis*. Ora utiliza-se o termo *ponos* (Πόνος), que se refere ao esforço penoso e doloroso; ora o termo *ergon* (ἔργον) que trata da obra, do esforço criativo (CHAUÍ, 2000). Para os gregos, a *poiesis* tem um status inferior à *práxis*, porque ela torna os homens escravos da necessidade, obrigando-os a longas jornadas para garantir a fabricação dos bens necessários à manutenção da vida. Isso os deixa sem tempo para o ócio que, na visão de Aristóteles, é o ideal máximo de vida.

Nesta sociedade escravista que era a Grécia, é fácil compreender o caráter negativo e inferior da *poiesis* no que se refere ao *ponos*, pois se trata de um esforço penoso, muito ligado à figura do escravo e de trabalhos físicos extenuantes. Já o outro lado da *poiesis*, representado pelo *ergon*, possui uma conotação mais positiva, pois não está ligado à ideia de sofrimento ou esforço físico. Mesmo assim o *ergon* também é desvalorizado pelos gregos. Com base na obra aristotélica, é possível concluir que isso ocorre porque o *ergon* enquanto esforço criativo, seja ele do artesão ou do artista, pertencia à esfera dos trabalhos manuais. Para executar esses trabalhos, era necessária criatividade, mas também muito dispêndio de tempo, o que afastava de seus autores a possibilidade de se dedicar profundamente à reflexão e ao ócio autotélico.

É importante observar que, conforme informado por Cabeza (2016), ao cidadão livre não era vetado o exercício de trabalhos manuais, desde que estes fossem realizados por prazer e não como forma de ganhar a vida, ou seja, desde que não aprisionassem o sujeito no paradigma da necessidade e da utilidade. A partir do momento em que o artesão ou o artista passa a depender de seu trabalho para sobreviver, ele se submete ao *ergon*. De acordo com essa lógica, ele se torna refém do valor e da utilidade de suas criações, que será sempre atribuído pelos outros. Assim, um instrumento fabricado por um artesão terá valor na medida em que for reconhecido pelo usuário como algo útil e de qualidade. Da mesma forma, o trabalho de um artista só terá valor se os outros assim o perceberem.

Por isso, o foco dos que se ocupam do *ergon* estará sempre na busca pela perfeição de suas obras, e não de si mesmos, já que eles dependem do valor atribuído a elas para sobreviverem. Isso faz com que eles, mais uma vez, se distanciem do ideal aristotélico.

2.2. O ideal de vida *skholé*

O modo de vida ideal para Aristóteles é aquele que dispõe de *skholé* (ócio), pois é o único caminho para a felicidade e desenvolvimento pleno do indivíduo. Na visão de Aristóteles, o ócio não está ligado à ideia de preguiça, tempo livre ou lazer, tampouco ao tempo de restituição que recompõe o homem para retomar seu trabalho. A este tempo de descanso ele se refere usando palavras como jogo ou brincadeira (CABEZA 2016).

O ócio aristotélico é uma ação com fim em si mesma (autotélico), sendo este fim o alcance da felicidade, da realização pessoal, e do desenvolvimento intelectual através da contemplação. O grau mais elevado do ócio é a *theoria* enquanto exercício intelectual que propicia o conhecimento e não o prazer.

Ele [o ócio] reside na **atitude contemplativa, não utilitarista, associada à *Theoria* e entendida como** exercício intelectual na busca da beleza, da verdade e do bem. No âmbito da teoria, a ação intelectual investida de forma livre na **busca pelo conhecimento** – seja na filosofia, nas ciências, nas artes etc. – **é o horizonte mais elevado do ócio.** (CABEZA, 2016, p.18. Grifo nosso).

O ócio e a vida contemplativa eram prerrogativas dos cidadãos livres. Os escravos e trabalhadores assalariados não dispunham de ócio e, por isso, tinham um modo de vida *ascholía* (sem ócio), pois viviam na inquietude da vida ativa, submetidos à esfera das necessidades materiais da *poiesis*.

No latim, os vocábulos *skholé* e *ascholía* se tornaram, respectivamente, *otium* e *neg-otium*, sendo este último traduzido como negação do ócio, dando origem à palavra negócio em português (GANDOLFI, 2012). E a partir do grego *skholé* se origina a palavra escola, no português e em várias outras línguas (AQUINO e MARTINS, 2007). Isso porque a escola era, por excelência, o local da prática do ócio enquanto *theoria*, reflexão e desenvolvimento da capacidade de pensar, sendo frequentada por homens livres e não pelos escravos, que se mantinham sempre ocupados fazendo algum “negócio”.

Essa separação entre vida contemplativa (com *skholé* e *theoria*) e vida ativa (*ascholía*, da *poiesis*), forma a base para a divisão entre teoria e prática³, sendo a primeira exaltada e a segunda desvalorizada na sociedade grega.

3 Prática no sentido de execução das atividades relativas à *poiesis*. Não deve ser confundida com *práxis*, traduzida como ação, e que conforme informado anteriormente por Vázquez (1977 *apud* Batista, 2007, p. 173), se trata de “uma ação que tem o fim em si mesma, que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade”.

2.3. Dualidade que se reflete na língua

Na primeira parte deste artigo, foi apresentado o conceito de Codo (1997), segundo o qual o trabalho é uma atividade relacionada à transformação da natureza, com objetivo de gerar algo que tenha significado e que permanece no mundo para além da existência de seu criador. Tomando como base as raízes gregas, é possível concluir que este conceito está muito mais próximo da *poiesis* do que da *práxis*. Isso porque a *poiesis* pressupõe a fabricação; esta, por sua vez, está diretamente ligada à transformação da natureza para geração de um objeto exterior ao trabalhador, que tende a permanecer no mundo para além dele. Tal objeto possui significado na medida em que possui uma utilidade que é exterior ao próprio objeto.

É diferente da ação da *práxis* que, apesar de também possuir um significado, se encerra como um fim em si mesmo, o que pode acabar comprometendo o caráter da continuidade ou da transcendência da relação S [sujeito] – O [objeto] mencionado por Codo (1997). Não que a *práxis* deixe de satisfazer, em algum grau, os critérios que este autor utiliza para definir o trabalho. Entretanto, isso nem sempre será a regra.

É importante atentar também para o fato de que definir o trabalho como sinônimo de *poiesis* não faz dele algo ruim em sua totalidade. Mesmo sendo considerada inferior pelos gregos, por distanciar o homem do ideal de vida *skholé*, a *poiesis* traz em si algo positivo representado pelo *ergon* e pela poesia, palavra que se origina do termo *poiesis*.

Isso porque o trabalho encerra em si potencialidades ambíguas. Pode ser algo gratificante e, ainda assim, penoso e difícil de ser realizado. Cabe aqui uma analogia com o trabalho de parto, que é sofrido e, ao mesmo tempo, recompensador – e talvez não tenha sido por acaso que a palavra trabalho acabou sendo usada para falar do ato de dar à luz.

Ao tomarmos o trabalho como sinônimo de *poiesis*, percebemos que esta dualidade de sentidos, expressa pelo *ponos* e pelo *ergon*, continua na sociedade romana, com os vocábulos latinos *labor* e *opus*, respectivamente, e se mantém até os dias de hoje nas diferentes palavras, usadas em diversas línguas, para se referir ao ato de trabalhar. Conforme observado por Arendt (2005, p. 179), “toda língua europeia, antiga ou moderna, contém duas palavras etimologicamente independentes para o que viemos a considerar como a mesma atividade”, ou seja, o trabalho.

Cabem aqui duas considerações sobre a etimologia da palavra trabalho em português e em outras línguas latinas. A primeira é que, originalmente, o termo latino para trabalho era *labor*. A palavra *tripalium* surge apenas na idade média, como uma forma de latim vulgar para se referir ao

labor / trabalho enquanto atividade sofrida (CORREA, 2010)⁴. A segunda é que, a princípio, o *tripalium* era uma ferramenta feita com três paus, usada para bater cereais na lavoura. Somente no século VI essa palavra passa a nomear um instrumento de tortura semelhante à ferramenta agrícola.

Criou-se então uma associação entre *labor* (trabalho) e *tripalium* (instrumento de tortura) que vai influenciar várias línguas latinas. A ideia por trás desta associação é a de que trabalhar / “*laborar*” seria tão penoso quanto a tortura por meio do *tripalium*. Essa dualidade entre *ponos* e *ergon*, *labor* / *tripalium* e *opus* constitui a base para a origem de vocábulos relativos ao trabalho em diversas línguas como se vê abaixo:

Tabela 1: Origens de alguns vocábulos indo-europeus relativos ao trabalho

	GREGO		LATIM		OUTROS
	PONUS	ERGON	LABOR / TRIPALIUM	OPUS	
Português			Trabalho	Obra	
Espanhol			Trabajo	Obra	
Francês			Travail	Ouvrage	
Italiano			Lavoro	Opera	
Inglês		Work	Labour		Job
Alemão		Werk			Arbeit
Norueguês		Verk			Arbeid

Fonte: elaborado pela autora, baseado em referências diversas, 2019.⁵

Aqui se deve atentar para o termo alemão *arbeit*, do qual se origina *arbeid* em norueguês. Não existe consenso sobre sua origem. Arendt (1998 *apud* Oliveira, 2013) propõe que veio do latim *armut* (pobreza). Castro (2012) sugere que vem do indo-europeu *orbh* (órfão), ou do eslavo *rabota* (escavidão). Já Alborno (1997 *apud* Oliveira, 2013), defende que vem do latim *arvum* (terreno arável), associado à agricultura, ocupação desprezada pelos germânicos. Qualquer que seja a concepção adotada, todas remetem a algo de conotação negativa.

Por fim, é importante lembrar que a dualidade de sentidos do trabalho, presente nas línguas indo-europeias, se refere à perspectiva ocidental do trabalho. Por isso suas raízes remontam à

⁴ Esta ideia é expressa também em uma das notas que os tradutores do texto de Arendt (2005) colocam ao final da edição utilizada neste estudo. Nas palavras destes, “o francês *travailler* substituiu o mais antigo *labourer* e deriva de *tripalium*, uma espécie de tortura” (ARENDR, 2005, p. 196, grifo nosso).

⁵ Obras consultadas: Chauí (2000, p. 542) para os termos em português trabalho / *tripalium*/labor; Arendt (2005, p. 197) para o termo obra em português; Arendt (2005, p. 179) para os termos em inglês labour/work, francês travail/ouvrage, alemão arbeit/werk; Hendrickson (2008, p.459) para o termo em inglês job; Alborno (1997 *apud* Oliveira 2013, p.31) para os termos em italiano lavoro / opera e em espanhol trabajo / obra; Det Norske Akademis ordbok para os termos arbeid e verk em norueguês. É comum encontrar na obra de Arendt os termos *labor* (se referindo ao grego *ponos*) e *work* (*ergon*) traduzidos para o português como labor e trabalho, respectivamente. Isso ocorre devido a um problema de tradução da obra de Arendt já apontado por Silva (1995). Este artigo escolheu as traduções trabalho (enquanto *ponos*) e obra (enquanto *ergon*) propostas por Silva (1995), por considerá-las mais coerentes com o pensamento de Arendt.

Grécia. A mesma correlação não pode ser necessariamente assumida como verdadeira para analisar outras línguas, principalmente no mundo oriental que, aliás, possui civilizações muito mais antigas que as civilizações ocidentais.

2.4. Reflexos ulteriores

Os sentidos identificados nas origens gregas e latinas dos vocábulos relativos ao trabalho no mundo ocidental estão presentes, em maior ou menor grau, até os dias de hoje. A seguir, serão apresentados exemplos que ilustram como estes sentidos aparecem em certos contextos de fala sobre a atividade do trabalho, ainda que de forma sutil.

Há uma divergência entre algumas correntes filosóficas no sentido de determinar se é a língua que molda / reflete o mundo, ou se é o mundo que molda / reflete a língua. Entretanto, ambas concordam que língua e realidade (dentro da qual, deve-se lembrar, se insere a sociedade) estão intimamente imbricadas. Assim, alguns dos exemplos a seguir ilustrarão também como a relação da sociedade com o trabalho se reflete na língua, mas sem adentrar discussões acerca do primado de uma categoria sobre a outra.

No que se refere ao sentido negativo da palavra trabalho, expresso já em sua etimologia associada à tortura pelo *tripalium*, é interessante atentar para a observação de Pedrosa (2011, p. 66) sobre os escritos de Karl Marx:

É interessante observar que, nos *Manuscritos* de 1844, Marx não utiliza a expressão “trabalho livre” como contraponto ao trabalho alienado e nem mesmo utiliza a palavra “trabalho” para referir-se à livre produção no contexto de uma “associação de indivíduos livres”. Isso significa que Marx hesita em chamar de trabalho outra atividade produtiva que não seja aquela voltada para a satisfação de necessidades ou que visa atingir uma meta que lhe é extrínseca. Marx não chama de trabalho a atividade que tem um valor em si, mas sim aquela atividade que se realiza em função da necessidade e que, conseqüentemente, é determinada pela coerção natural ou social. Isso fica evidente num trecho em que o autor compara a atividade vital humana com a atividade vital dos animais: “Do mesmo modo que o trabalho alienado degenera em meio à **atividade autônoma**, a **atividade livre**, da mesma forma, transforma a vida genérica do homem em meio à existência física. A consciência que o homem tem da própria espécie altera-se por meio da alienação, de modo que a vida genérica se transforma para ele em meio”. (MARX 2001, p. 116. Grifos do autor).

Nessa passagem, Pedrosa (2011) deixa claro que, na referida obra, Marx usa o termo trabalho exclusivamente para tratar do lado negativo da atividade produtiva. Ao lado positivo, ele se refere usando termos como “atividade autônoma” ou “atividade livre”, porém nunca “trabalho livre” ou expressões que contenham a palavra trabalho.

Não seria possível afirmar que Marx tinha em vista a questão etimológica do termo trabalho ao fazer essa diferenciação, porém é interessante notar que o uso que ele faz do termo casa perfeitamente com as raízes do vocábulo.

No que se refere à língua portuguesa, a distinção entre obra (de *opus / ergon*) e trabalho (de *tripalium / ponos*) pode não ser tão evidente como ocorre no inglês, com os vocábulos *labour* e *work*. No cotidiano, a palavra trabalho acaba sendo usada para falar tanto do aspecto positivo, quanto negativo da *poiesis*. Entretanto, esta diferença está presente, de forma sutil, em algumas escolhas lexicais que são feitas para falar de certos tipos de trabalho. A produção de um artista, por exemplo, é normalmente chamada de obra de arte ou obra prima, e não “trabalho de arte”. Não que o artista não trabalhe para realizar a obra. A questão é que, na obra, o caráter da criatividade sobressai frente ao esforço penoso do trabalho.

Em outros momentos, usa-se obra e trabalho como termos correlacionados. Isso ocorre com frequência na construção civil, onde a palavra obra é usada para falar do que está sendo construído, pois conceber o projeto da construção exige criatividade. Contudo, para que o projeto se concretize, é necessária mão de obra, pessoas que vão trabalhar na obra, ou seja, para que a obra (*opus*) seja realizada, é necessário trabalho (*tripalium*).

Esse exemplo deixa claro como as duas faces da *poiesis* andam juntas. A questão aqui é que, diferentemente da obra de arte, as fases de criação e execução podem ser separadas, sendo que muitas vezes quem realiza uma não entende muito da outra. Nessa divisão, aquele que cuida da criação (o engenheiro ou arquiteto), costuma gozar de mais *status* social e/ou ser mais bem remunerado do que o pedreiro que cuida da execução. Isso ocorre porque, além de dominar alguns aspectos da execução, o engenheiro domina a *theoria*, porque dispôs de ócio (*skholé*) frequentando a escola.

O trabalho de caráter prático teve seu *status* social elevado a partir da Reforma Protestante, conforme analisado por Weber (2004). Dessa forma, profissões da esfera da *poiesis* como a engenharia ou o próprio homem de negócios, são muito mais valorizadas hoje do que eram na sociedade grega. Entretanto, mesmo tendo ganhado mais prestígio, ainda não basta ter somente a prática da *poiesis*. Para conferir *status* social, a prática, na maioria das vezes, ainda precisa ser validada por um diploma, pelo acesso à *theoria* e à *escola* enquanto lugar do ócio (*skholé*) que, assim como na sociedade grega, ainda não está disponível para todos.

Outro termo interessante é a palavra inglesa *job*, que significa trabalho, parte de um trabalho, problema ou até mesmo crime (CAMBRIDGE DICTIONARY, *on-line*). *Job* enquanto parte ou pedaço de um trabalho é uma palavra cujos primeiros registros surgiram por volta do século XVII, mas que provavelmente já era usada antes desta data (HENDRICKSON, 2008).

É interessante observar que essa palavra surge no contexto da idade moderna, onde nascem as bases do sistema capitalista. Pouco mais adiante, o capitalismo começa, de fato, a “quebrar” a atividade produtiva em diversos “pedaços”, de modo que cada trabalhadores concentre em uma única parte de um trabalho, ou seja, em um “*job*”.

Por fim, vivemos hoje em um mundo globalizado e extremamente conectado à internet. Nesse mundo, uma nova forma de linguagem, que surgiu em decorrência do advento dos computadores, trouxe mudanças profundas e a nível global. É a linguagem da programação, considerada por muitos a língua do futuro (LOSSO, 2013).Entretanto, essa nova linguagem não está acessível a todos. Ela está formando “uma nova casta de Letrados” (FLUSSER 2010, p. 70)e promete revolucionar o mundo do trabalho e com ele, mais uma vez, toda a sociedade.

3 TRABALHO, LÍNGUA E SOCIEDADE

Após definir o trabalho e demonstrar que ele está onde qualquer sociedade humana está, abordar sua ambiguidade de sentidos e demonstrar como essa dualidade se reflete em diversas línguas indo-europeias que, por sua vez, são um espelho da realidade e da sociedade, já é possível perceber elementos que permitem estabelecer uma relação entre trabalho, língua e sociedade.

Esse vínculo será evidenciado a seguir no plano teórico, com base no pensamento de Émile Durkheim, e em seguida no plano histórico. Vários outros autores como, por exemplo, Lukács, Marx, Engels, Bakhtin e em algum grau Habermas, poderiam ter contribuído para essa análise teórica. Entretanto, Durkheim foi escolhido por representar um maior vínculo com a sociolinguística, que constitui um importante eixo deste artigo.

De um lado tem-se a perspectiva da Sociolinguística, apresentada anteriormente, que reforça a relação entre língua e sociedade. De outro, tem-se o pensamento de Durkheim, introduzido a seguir, que ratifica a relação entre trabalho e sociedade, considerando-se que a Sociolinguística, na figura de Meillet, recorre às ideias de Durkheim para estabelecer seu vínculo entre língua e sociedade. E considerando que o próprio Durkheim reconhece a importância da língua, tanto para a existência da sociedade, quanto para a perpetuação do trabalho, que para ele é o que mantém a sociedade coesa, é possível vislumbrar que no pensamento deste autor se encontram elementos suficientes para vincular os três fenômenos investigados neste estudo.

3.1. Relacionando trabalho, língua e sociedade segundo a perspectiva de Durkheim

Ao instituir o campo da Sociologia enquanto ciência autônoma, Durkheim atribuiu grande importância aos fatos sociais enquanto objeto de estudo da Sociologia. Entretanto, nem todos os fenômenos que ocorrem dentro de uma sociedade são fatos sociais. Para ser considerado como tal, um fenômeno deve possuir três características, quais sejam: generalidade, exterioridade e coercitividade.

A generalidade pressupõe que os fatos sociais são coletivos e incidem sobre todos os indivíduos do grupo. A exterioridade é o princípio segundo o qual as regras são exteriores ao indivíduo e existem antes dele, cabendo ao mesmo aprendê-las. Por fim, a coercitividade caracteriza-se pela força com a qual os padrões se impõem, coagindo os indivíduos a seguirem as regras independentemente de sua vontade (DURKHEIM, 2007).

Portanto, se o objetivo da Sociologia é o estudo dos fatos sociais, que são gerais, exteriores e coercitivos, pode-se definir sociedade como um conjunto de regras de ação, pensamentos e sentimentos que não foram criados diretamente pelo indivíduo, mas aos quais ele se submete para participar do convívio com o grupo (DURKHEIM, 2007).

De acordo com essas características, podemos dizer que o trabalho é um fato social, assim como a língua, conforme exemplificado pelo próprio Durkheim:

Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. **O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento**, o sistema de moedas que emprego para pagar as minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, **as práticas observadas em minha profissão**, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento são não apenas exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coerciva em virtude da qual se impõem a ele, quer queira, quer não (DURKHEIM, 2007, p.2. Grifo nosso)

De fato, entre os anos de 1905 e 1906, o próprio linguista Antoine Meillet, precursor da Sociolinguística, definiu linguagem como um fato social⁶, fazendo referência expressa ao conceito

⁶ Apesar de se inspirar em Durkheim para definir a língua como fato social, Meillet discorda do caráter da exterioridade tal qual definido por Durkheim. Para Meillet, a língua poderia existir fora de um indivíduo, mas não fora do grupo, pois ela só existe em sua completude dentro dele. A noção de exterioridade de Durkheim também foi criticada por sociólogos e para resolver essa contradição ele criou a ideia de um psiquismo coletivo ou representações coletivas – uma espécie de “ser psíquico” distinto do ser psíquico individual, e que traduz a maneira como o grupo pensa sobre si. O que Meillet desejava ao chamar a língua de fato social era romper com o tipo de estudo da língua (gem) feito na época, que a considerava um sistema autônomo que se desenvolve por si, e reforçar sua ligação com a sociedade (MARRA;

de Durkheim (MARRA; MILANI 2012). No campo da Linguística, existe uma diferença entre língua e linguagem, porém Meillet não distingue entre estes dois termos ao nomeá-los como fato social: “Meillet ora fala de linguagem, ora fala de uma língua, e as define indistintamente. Para o autor, a linguagem é um fato social, e cada língua, e toda língua, como noção particular e concreta, é também um fato social. (MARRA; MILANI 2012, p. 70).

Trabalho e línguas são, portanto, fatos sociais – mas não são quaisquer espécies de fatos sociais. Durkheim (1999) compara a sociedade ao corpo físico. Para que o corpo esteja saudável, cada órgão deve exercer sua função, caso contrário cria-se uma anomia. Assim também é na sociedade. Cada indivíduo, ao desempenhar suas (diferentes) funções contribui para o bom funcionamento do todo que é o corpo social.

De acordo com essa analogia, pode-se dizer que trabalho e a língua têm o mesmo grau de importância para o funcionamento da sociedade que órgãos vitais, como coração e cérebro, possuem para o funcionamento de um corpo físico. A língua é de extrema importância porque, sem um sistema que assegure a comunicação, não há interação social como observado por Meillet:

A linguagem, utilizando-se a terminologia de Meillet, é um fato social eminente, o mais importante, de que todos os demais fatos sociais dependem para se estabelecerem e se manterem. Como bem disse Meillet, ela é a própria condição de existência da sociedade. (MARRA; MILANI 2012, p. 87).

É possível cogitar que Meillet, por ser linguista e não sociólogo, privilegiou seu campo de estudos, instituindo a língua como o mais importante de todos os fatos sociais; mas independentemente de ser ou não a principal, ela tem uma posição de destaque para o próprio Durkheim, conforme afirmado por ele, na obra **Educação e Sociologia**:

Sem a linguagem, não teríamos ideias gerais: porquanto é a palavra que as fixa, que dá aos conceitos suficiente consistência, permitindo ao espírito sua aplicação. Foi a linguagem que nos permitiu ascender acima da sensação; e não será necessário demonstrar que, **de todos os aspectos da vida social, a linguagem é um dos mais preeminentes** (DURKHEIM, 1995, p. 46. Grifo nosso).

Nesta mesma obra, Durkheim menciona, ainda, que outro papel crucial da língua para a sociedade é o da transmissão de conhecimento. A língua é um dos principais elementos através do

MILANI, 2012). Mesmo discordando em termos, o vínculo entre Meillet e Durkheim foi muito forte. Meillet trabalhou no jornal de Durkheim, *L'année sociologique*, e foi o responsável pela educação do filho de Durkheim, que deveria se formar como linguista. A Linguística era, inclusive, um campo de estudos para o qual Durkheim deu grande atenção, e que considerava possuir importantes ligações com a sociologia (TIRYAKIAN, 2009).

qual as gerações futuras conseguem acessar o que foi aprendido por seus antepassados. Assim elas seguem em ritmo acelerado na caminhada da evolução, pois não precisam refazer o percurso realizado por seus ancestrais:

Por esses exemplos se vê a que se reduziria o homem, se se retirasse dele tudo quanto a sociedade lhe empresa: retornaria à condição de animal. **Se ele pôde ultrapassar o estágio em que animais permanecem, é porque primeiramente** não se conformou com o resultado único de seus esforços pessoais, mas **cooperou** sempre com seus semelhantes, e isso veio reforçar o rendimento da atividade de cada um. **Depois, e sobretudo, porque os resultados do trabalho de uma geração não ficaram perdidos** para a geração que se lhe seguiu. Os frutos da experiência humana **são quase que integralmente conservados, graças à tradição oral, graças aos livros**, aos monumentos figurados, aos utensílios e instrumentos de toda a espécie, que se transmitem de geração em geração [...] Em vez de se dissipar, todas as vezes que uma geração se extingue e é substituída por outra, a sabedoria humana vai sendo acumulada e revista, dia a dia, e é essa acumulação indefinida, o que eleva o homem acima do animal e de si mesmo (DURKHEIM, 1995, p. 46. Grifo nosso).

Nessa mesma passagem, é possível perceber ainda que Durkheim esboça um vínculo entre a sociedade (que se forma quando os homens se agrupam e cooperam para melhorar os resultados de seus esforços), o trabalho (representado por tais esforços) e a língua, enquanto elementos fundamentais para possibilitar ao homem evoluir acima dos animais e acima de si mesmo. Voltando a atenção para o a questão do trabalho, ele considera que este desempenha uma função primordial para a sociedade, pois é na divisão do trabalho que se encontra a fonte de toda a solidariedade orgânica que mantém as sociedades modernas coesas e previne estados de anomia no corpo social.

Para Durkheim, os fatores que vão perturbar a harmonia da sociedade surgem a partir de paradoxos do próprio processo de especialização e de divisão do trabalho, que é, a princípio, a condição necessária para a harmonia social. Nos casos onde essa coesão é quebrada, ele irá buscar novamente na esfera do trabalho os elementos capazes de reestabelecer a solidariedade perdida. Entram em cena aí as organizações profissionais ou sindicatos.

Por fim, a partir da perspectiva de Durkheim, podemos dizer que trabalho, língua e sociedade estão relacionados na medida em que: (i) trabalho e língua são fatos sociais de grande relevância e, por isso, são “órgãos” vitais para o funcionamento da sociedade; (ii) foi a união destes três elementos que permitiu ao homem ascender acima dos animais e, depois, acima de dele mesmo; (iii) o trabalho é o responsável por manter a coesão da sociedade, que tem na língua uma das principais bases de sua existência, perpetuação e evolução, inclusive da evolução do próprio trabalho.

3.2. Relacionando trabalho, língua e sociedade do ponto de vista histórico

Fazendo-se uma retrospectiva histórica, conclui-se que foi justamente a evolução na fabricação de ferramentas e na forma de transformar a natureza, ou seja, no trabalho, que marcou a divisão entre os vários períodos da pré-história. E foi a invenção da escrita – a materialização da língua falada – que marca a passagem da pré-história para a história, quando surgem as primeiras civilizações, que se formaram em decorrência do sedentarismo propiciado justamente pela evolução das técnicas de trabalho aprendidas durante a pré-história.

Nessas primeiras civilizações, que constituem a antiguidade oriental, a religião ocupava uma posição central na sociedade. É só com o desenvolvimento da civilização grega que o homem e sua razão são colocados no centro. Por isso, a Grécia é considerada o berço da civilização ocidental e inaugura a chamada antiguidade clássica, seguida por Roma.

São essas primeiras civilizações ocidentais que moldam toda uma forma de conceber o trabalho que, apesar das diversas reviravoltas da história, ainda tem seus reflexos na forma como enxergamos e falamos do trabalho no mundo ocidental. Nesse percurso, o trabalho foi se modificando junto com as sociedades (realidades) e vice-versa. E a língua também acompanhou esta evolução, pois é impossível que ela fique alheia às mudanças ocorridas à sua volta.

Assim, a *palavra* trabalho foi se transformando tanto em sua forma (no latim, o *labor* se transforma em *tripalium*; do tcheco *robota* surge o robô, que se espalha por boa parte dos idiomas; surge o *job* no inglês), quanto no sentido que possui para a *sociedade* (começa a ser empregada para falar do trabalho sofrido, do trabalho escravo e do “trabalho de parto”, bem como para falar da poesia, do trabalho que emancipa o homem, que faz parte do sobrenome e dá identidade, que salva a alma, mas que também desencanta o mundo). Mesmo passando por todas essas transformações, a forma como as primeiras civilizações ocidentais enxergavam e falavam de trabalho deixa marcas até os dias de hoje. Elas se fazem presentes tanto no valor que a sociedade atribui para diferentes profissões, quanto nas palavras usadas, em diferentes línguas, para falar das várias faces deste universo tão amplo que é o mundo do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto neste estudo, é possível afirmar que existe uma relação de influências mútuas entre trabalho, língua e sociedade, de modo que alterações em um desses elementos tendem a apresentar reflexos nos outros. É impossível, e também não constitui o objetivo

desta pesquisa, estabelecer uma hierarquia entre esses elementos de modo a afirmar qual se sobressai em importância e/ou em qual ordem eles se relacionam e se influenciam.

Assim, concluímos que trabalho, língua e sociedade constituem uma tríade que acompanha o homem desde muito cedo em sua jornada na terra. Tanto que os dois primeiros são alvos frequentes de investigações ontológicas sobre o ser social. Essa tríade é responsável por contar uma boa parte da nossa história. E continuará contando, pois, a cada dia que passa, a sociedade muda, e com ela mudam também o trabalho e a língua: novas profissões tomam lugar de outras que desaparecem, surgem novas palavras, gírias e novas línguas/linguagens como a programação, tida por muitos como a língua do futuro, que promete revolucionar o mundo do trabalho e com ele, mais uma vez, toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

A ETIMOLOGIA DO TRABALHO. UFRGS, [20--?]. Disponível em: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm#. Acesso em: 18 out.2018.

ABREU, Victor Nobrega; ALMEIDA, Victor Hugo. Trabalho, tempo livre, lazer e ócio: da antiguidade aos tempos atuais. **Revista espaço acadêmico**, nº 187, dezembro 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/31701/17965>. Acesso em: 23 jan.2019.

AQUINO, Cassio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 479-500 – set/2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/13.pdf>. Acesso em: 23 jan.2019.

ARAÚJO, Geane Lopes Francisco; QUEIRÓZ, Silmara Silveira Lemes Sampaio; BUENO, Elza Sabino da Silva. A língua: um instrumento de fala, de identidade pessoal e social. **Web-Revista Sociodialeto**. UEMS/Campo Grande, v.2, nº 2, setembro 2012. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/13/01122012013110.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

ARAÚJO, Patrício Câmara. Aristóteles: poiêsis mimética e o aparecimento da physis. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**. Volume 4, Número 4, Ano 4, julho 2011. Disponível em: <http://www.educacaoefilosofia.uema.br/imagens/3.4.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

ARBEID. In: NAOB. **Det Norske Akademis ordbok**. Disponível em: <https://www.naob.no/ordbok/arbeid>. Acesso em: 30 abr. 2019

ARENDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. Tradução de Adriano Correia. Revisão de Theresa Calvet de Magalhães. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 7, 2/2005. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/arendt-trabalho-obra-acao.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

BATISTA, Aline Maria de Melo. Práxis, consciência de práxis e educação popular: algumas reflexões sobre suas conexões. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 169-192, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/468>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BÍBLIA SAGRADA: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BONZATTO, Eduardo Antônio. TRIPALIUM: O trabalho como maldição, como crime e como punição. **Direito em foco, revista científica da UNISEPE.** Março, 2011. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/projetoRevista/edicoesanteriores/Marco11/artigos/direito/Direito_em_foco_Tripalium.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental.** Volume I. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 2ª ed, 5ª impressão. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

CABEZA, Manuel Cuenca. O ócio autotético. **Revista do centro de pesquisa e formação**, n.02 (ISSN 2448-2773). Maio 2016. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/10224_MANUEL+CUENCA+CABEZA. Acesso em 01 jan. 2019.

CASTRO, Rodrigo Campos de Paiva. **Alencar e Kleist. Til e Toni. Crise(s) de identidade na servidão e na escravidão modernas.** 251 p. Tese(doutorado). Departamento de letras modernas. Universidade de São Paulo. Programa de pós-graduação em língua e literatura alemã. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-13032013-120632/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan.2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: A. Tamayo, J.E. Borges-Andrade & W. Codo (Orgs.). **Trabalho, organizações e cultura.** (pp. 21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1997. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n11a05.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CORREA, Luciana Winck. **Tripalium x poiesis.** Portal administradores, 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/tripalium-x-poesis/44299/>. Acesso em: 20 out. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

ERA UMA VEZ UM GATO. **Chaves.** Osasco: SBT, 24 de maio de 2015. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKz-u04ewVk>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FLUSSER, Vilém. **A escrita - Há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume, 2010.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998. Disponível em: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/vilem_flusser_-_fenomenologia_do_brasileiro.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir.** Tradução Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, [1975] 2014.

GANDOLFI, Neura Maria. **Skholé: um modo de vida.** 172 p. Dissertação (mestrado). Universidade de Caxias do Sul. Programa de pós graduação em filosofia. Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1122/Dissertacao%20Neura%20Maria%20Gandolfi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 dez. 2018.

- HENDRICKSON, Robert. **Word and phrases origin**. Fourth edition. New York, 2008
- JOB. In: **Cambridge online English dictionary**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/job?q=JOB>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- LIAO, Yongxin *et al.* **The impact of the fourth industrial revolution: a cross-country/region comparison**. Production, 28, e20180061, 2018 | DOI: 10.1590/0103-6513.20180061. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132018000100401&lang=pt. Acesso em: 06 mar. 2019.
- LOSSO, Eduardo Guerreiro B. Sagrado e profano na escrita. Vilém Flusser e Christoph Türcke. **Flusser Studies 16**, novembro de 2013. Disponível em: <http://www.flusserstudies.net/sites/www.flusserstudies.net/files/media/attachments/losso-sagrado-profano-na-escrita.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- MARQUES, Welisson. Concepções de língua e linguagem em Chomsky, Benveniste e Labov. **Revista Intertexto**. Uberaba, 2011. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/intertexto/article/view/194>. Acesso em: 29 dez. 2018.
- MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião Elias. Uma teoria social da lingua(gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. **Revista Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 67-90, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47715/51450>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. v. II. Paris: Klincksieck, 1936.
- MORINEstelle; TONELLI Maria José; PLIOPAS Ana Luísa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea08.pdf>. Acesso em 07 out. 2018.
- NAVARRO, R. F. A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**, v.1, 1 (2006) 01-11. ISSN 1809-8797, 2006. Disponível em: <https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Josenir Alcântara. O trabalho no universo indo-europeu: uma interpretação etimológico-onomástica. **Revista Entre palavras**, Fortaleza - ano 3, v.3, n.esp, p. 25-36, ago/dez 2013. Disponível em: www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/download/307/193. Acesso em: 10 out. 2018.
- ORWELL, George. **Down and out in Paris and London**. Australia: Planet eBook.com, 1933
- PEDROSA, José Geraldo. A natureza e a crítica revitalizada. In: JUNIOR, Hormindo Pereira de Souza; LAUDARES, João Bosco (org). **Diálogos conceituais sobre trabalho e educação**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011
- RODRIGUES, Sérgio. **A língua brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- RONČEVIĆ, Dunja Brozović. **What Do Names Tell Us About Our Former Occupations?** Linguistic Research Institute, Croatian Academy of Arts and Sciences, Zagreb, Croatia, 2004. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/file/43993>. Acesso em: 20 out. 2018.
- SILVA, Josué Pereira. Repensando a relação entre trabalho e cidadania social. **Revista São Paulo em perspectiva**, 9(4), 1995. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n04/v09n04_02.pdf. Acessado em 26/01/2019

SVENDSEN, Lars. **Arbeidets filosofi**. 1. utgave. Oslo: Universitetsforlaget, 2011. Fragmento disponível online em: <https://www.minervanett.no/hva-er-arbeid/>. Acesso em: 29 dez. 2018.

TCHÁPEK, Karel. **A fábrica de robôs**. Tradução Vera Machac. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

TIRYAKIAN, Edward A. **For Durkheim**: Essays in Historical and Cultural Sociology. England: Ashgate Publishing Limited, 2009.

VERK. In: NAOB. Det Norske Akademis ordbok. Disponível em: https://www.naob.no/ordbok/verk_1. Acesso em: 30 abr. 2019

VIEGAS, Sônia. **Trabalho e vida**. Conferência pronunciada aos profissionais do Centro de Reabilitação Profissional do INSS. Belo Horizonte, 12 de julho de 1989. Revisada por Paulo R. A. Pacheco. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/256834687/Sonia-Viegas-Trabalho-e-Vida>. Acesso em: 07 out. 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2004.